

- c) Prova prática de ciclomotor ou de motociclo de cilindrada não superior a 50 cm³ — € 11;
- d) Prova prática de outra espécie de veículos — € 22;
- e) Novo exame a realizar ao abrigo dos artigos 129.º, 130.º e 148.º do Código da Estrada, sempre que haja lugar ao pagamento de taxa — € 50.

2 — Revisão de prova teórica ou técnica do exame de condução, a reembolsar no caso de procedência da reclamação — € 25.

3 — Instrutores de condução:

- a) Apreciação de processo de candidato a curso de formação ou de actualização de instrutor de condução — € 80;
- b) Prova de teoria da condução ou de mecânica automóvel, cada — € 22;
- c) Prova prática da condução, por categoria ou subcategoria — € 55.

4 — Subdirectores de escolas de condução:

- a) Apreciação de processo de candidato a curso de subdirector de escola de condução — € 80;
- b) Prova escrita — € 22;
- c) Prova oral — € 40.

5 — Examinadores de condução:

- a) Apreciação de processo de candidato a curso de examinador de condução — € 80;
- b) Prova escrita — € 22;
- c) Prova oral — € 44;
- d) Prova prática — € 55.

6 — Inspectores de veículos:

- a) Apreciação de processo de candidato a inspector de veículos — € 80;
- b) Prova teórica — € 22;
- c) Prova prática — € 54.

7 — Revisão da prova escrita de exame de instrutor, de subdirector de escola de condução, de examinador de condução ou de inspector de veículos, a reembolsar em caso de procedência da reclamação — € 129.

8 — Exame psicológico, excepto se determinado por tribunal ou pela Direcção-Geral de Viação — € 55.

IV — Autorizações especiais

1 — De trânsito de veículos cujos pesos e dimensões excedam os limites legais — € 55.

2 — Outras autorizações especiais de circulação de veículos — € 27.

3 — De instalação e uso de avisadores especiais — € 27.

4 — De circulação de comboios turísticos — € 55.

V — Emissão de documentos

1 — Licença de aprendizagem de ciclomotor ou motociclo de cilindrada não superior a 50 cm³ — € 5,5.

2 — Licença de aprendizagem de outras espécies de veículos — € 11.

3 — Carta de condução, incluindo por troca de idêntico título militar ou estrangeiro ou por apresentação de documento que confira direito àquela emissão — € 22.

4 — Licença de instrutor, de subdirector ou director de escola de condução, credencial de examinador de condução ou de inspector de veículos — € 16,5.

5 — Certificado de dispensa do uso de cinto de segurança — € 16,5.

6 — Certificados TIR, ADR, ou RPE, incluindo inspecção — € 35.

7 — Certificados CEMT e COP — € 15.

8 — Certificado de aprovação de centro de inspecção — € 15.

9 — Licença ou credencial de inspector — € 15.

VI — Diversos

1 — Certidão de relatório de peritos quando requerida por entidade diferente da que solicitou o parecer técnico — € 5,50.

2 — Certidão relativa a resultados de inspecção a veículo — € 15.

3 — Certidão relativa a exercício de actividade em centro de inspecção — € 100.

4 — Outras certidões, por lauda — € 5,50.

5 — Apreensão de documentos, por solicitação particular, para regularização — € 2.

6 — Duplicado de documento a que não corresponda taxa especial — € 22.

7 — Substituição de documento:

a) Por motivo de averbamento, estado de conservação ou alteração dos elementos dele constantes — € 22;

b) Por revalidação do título de condução, com excepção da situação prevista na alínea seguinte — € 22;

c) Por revalidação do título de condução por atingir 70 anos ou idade superior — € 11;

d) Por revalidação de licença de instrutor, de subdirector ou de director de escola de condução e de credencial de examinador de condução ou de inspector de veículo — € 22.

8 — Revalidação ou averbamento em documento sem substituição — € 5,50.

9 — Revalidação de certificado ADR (com inspecção) — € 25.

10 — Transferência de processos de exame de condução ou relativos a veículo entre serviços regionais a solicitação do interessado — € 27.

11 — Devolução, via postal, de carta de condução ao seu titular após cumprimento de inibição de conduzir — € 3.

12 — Fotocópia simples, por página — € 0,50.

13 — Aprovação de equipamentos de fiscalização quando requerida por entidades diferentes das entidades fiscalizadoras — € 108.

14 — Emissão de dístico para deficientes — € 11.

15 — Alteração de residência em licença de aprendizagem — € 11.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria n.º 891/2003

de 26 de Agosto

A Portaria n.º 44/2002, de 11 de Janeiro, veio proceder à instalação do Julgado de Paz do Município de Lisboa,

aprovando, ainda, em anexo, o respectivo Regulamento Interno.

Considerando as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 140/2003, de 2 de Julho, no diploma de criação dos julgados de paz (Decreto-Lei n.º 329/2001, de 20 de Dezembro) e do protocolo de instalação, organização e funcionamento deste Julgado de Paz, assinado em 21 de Novembro de 2001, decorrentes da avaliação realizada, durante o período experimental, do funcionamento dos quatro julgados de paz criados pela Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, verifica-se, consequentemente, a necessidade de se proceder à correspondente adaptação do respectivo regulamento interno:

Assim:

Manda o Governo, ao abrigo do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 329/2001, de 20 de Dezembro, pela Ministra da Justiça, o seguinte:

1.º São alterados os artigos 1.º e 11.º do Regulamento Interno do Julgado de Paz do Município de Lisboa, aprovado pela Portaria n.º 44/2002, de 11 de Janeiro, que passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

[...]

1 —

2 — O período de funcionamento do Julgado de Paz é das 9 às 20 horas, de segunda-feira a sexta-feira, e das 10 às 14 horas aos sábados.

3 — O período de atendimento do Julgado de Paz é das 9 horas e 15 minutos às 19 horas e 30 minutos, de segunda-feira a sexta-feira, e das 10 horas e 15 minutos às 13 horas e 30 minutos aos sábados.»

Artigo 11.º

[...]

O Julgado de Paz do Município de Lisboa rege-se pelas normas constantes neste Regulamento e pelo protocolo celebrado em 21 de Novembro de 2001 entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de Lisboa, com as alterações introduzidas pela respectiva adenda de 16 de Abril de 2003.»

2.º É republicado, em anexo, o Regulamento Interno do Julgado de Paz do Município de Lisboa, com as alterações agora introduzidas, que é parte integrante deste acto.

3.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pela Ministra da Justiça, *João Luís Mota de Campos*, Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça, em 30 de Julho de 2003.

ANEXO

REGULAMENTO INTERNO DO JULGADO DE PAZ DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Artigo 1.º

Sede e funcionamento

1 — O Julgado de Paz do Município de Lisboa fica sediado na Rua do Professor Vieira de Almeida, 3, loja, em Lisboa.

2 — O período de funcionamento do Julgado de Paz é das 9 às 20 horas, de segunda-feira a sexta-feira, e das 10 às 14 horas aos sábados.

3 — O período de atendimento do Julgado de Paz é das 9 horas e 15 minutos às 19 horas e 30 minutos, de segunda-feira a sexta-feira, e das 10 horas e 15 minutos às 13 horas e 30 minutos aos sábados.

Artigo 2.º

Coordenação do Julgado de Paz

1 — A coordenação, representação e gestão do Julgado de Paz compete ao juiz de paz que, de entre os que exerçam aí funções, tenha obtido a classificação mais elevada no respectivo concurso de recrutamento e selecção.

2 — Nas ausências e impedimentos do juiz de paz-coordenador, este será substituído pelo que, de entre os que exerçam funções no Julgado de Paz, tenha obtido melhor classificação no concurso de recrutamento e selecção.

Artigo 3.º

Secção

O Julgado de Paz dispõe de uma secção dirigida pelo juiz a quem competir a respectiva coordenação nos termos do artigo anterior.

Artigo 4.º

Distribuição

Os processos são distribuídos pelos juízes de paz de forma a garantir a repartição, com igualdade, do serviço do Julgado de Paz.

Artigo 5.º

Serviço de Mediação

1 — O Serviço de Mediação é assegurado por mediadores, aos quais compete, designadamente, realizar a pré-mediação, quando solicitada, informar as partes acerca da escolha do mediador, e facultar aos interessados o regulamento interno do Serviço de Mediação e demais legislação conexa.

2 — Na falta de indicação das partes, a escolha do mediador ou mediadores que intervêm na mediação é efectuada de forma a garantir a igualdade de repartição do Serviço de Mediação.

Artigo 6.º

Competência da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial

À Direcção-Geral da Administração Extrajudicial compete:

- a) Elaborar, mensalmente, as escalas de turno dos mediadores e zelar pelo respectivo cumprimento;
- b) Proceder ao pagamento da remuneração dos juízes de paz;
- c) Proceder ao pagamento das mediações efectuadas.

Artigo 7.º

Competência da Câmara Municipal de Lisboa

À Câmara Municipal de Lisboa compete fixar o horário do pessoal do Serviço de Atendimento e do Serviço

de Apoio Administrativo e zelar pela respectiva observância.

Artigo 8.º

Serviço de Atendimento

1 — O Serviço de Atendimento é assegurado, preferencialmente, por licenciados em Direito ou por solicitadores.

2 — A coordenação do Serviço de Atendimento é assegurada por quem para o efeito vier a ser designado pelo juiz de paz-coordenador.

Artigo 9.º

Competências

As competências do Serviço de Mediação e do Serviço de Atendimento são as previstas nos artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 329/2001, de 20 de Dezembro.

Artigo 10.º

Serviço de Apoio Administrativo

1 — Para além das competências previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 329/2001, de 20 de Dezembro, compete-lhe, designadamente:

- a) Proceder à distribuição de processos pelos juízes de paz;
- b) Receber e expedir correspondência;
- c) Proceder às citações e notificações;
- d) Manter organizado o arquivo de documentos;
- e) Manter organizado o inventário;
- f) Manter organizado o registo contabilístico das mediações efectuadas, por mediador;
- g) Manter actualizado o registo de assiduidade dos funcionários do Serviço de Atendimento e do Serviço de Apoio Administrativo;
- h) Apoiar a actividade desenvolvida pelo Julgado de Paz.

2 — A coordenação do Serviço de Apoio Administrativo é assegurada por quem para o efeito vier a ser designado pelo juiz de paz-coordenador.

Artigo 11.º

Disposição final

O Julgado de Paz do Município de Lisboa rege-se pelas normas constantes neste Regulamento e pelo protocolo celebrado em 21 de Novembro de 2001 entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal de Lisboa, com as alterações introduzidas pela respectiva adenda de 16 de Abril de 2003.

Portaria n.º 892/2003

de 26 de Agosto

A Portaria n.º 92/2002, de 30 de Janeiro, veio proceder à instalação do Julgado de Paz do Seixal, aprovando, ainda, em anexo o respectivo Regulamento Interno.

Considerando as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 140/2003, de 2 de Julho, no diploma de criação dos julgados de paz (Decreto-Lei n.º 329/2001, de 20 de Dezembro) e do protocolo de instalação, organização e funcionamento deste Julgado de Paz, assinado em 26

de Novembro de 2001, decorrentes da avaliação realizada, durante o período experimental, do funcionamento dos quatro julgados de paz criados pela Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, verifica-se, conseqüentemente, a necessidade de se proceder à correspondente adaptação do respectivo Regulamento Interno.

Assim:

Manda o Governo, ao abrigo do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 329/2001, de 20 de Dezembro, pela Ministra da Justiça, o seguinte:

1.º São alterados os artigos 1.º e 11.º do Regulamento Interno do Julgado de Paz do Seixal, aprovado pela Portaria n.º 92/2002, de 30 de Janeiro, que passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

[...]

1 —

2 — O período de funcionamento do Julgado de Paz é das 9 às 19 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

3 — O período de atendimento do Julgado de Paz é das 9 horas e 15 minutos às 18 horas e 30 minutos, de segunda-feira a sexta-feira.

Artigo 11.º

[...]

O Julgado de Paz do Seixal rege-se pelas normas constantes neste Regulamento e pelo protocolo celebrado em 26 de Novembro de 2001 entre o Ministério da Justiça e a Câmara Municipal do Seixal, com as alterações introduzidas pela respectiva adenda de 7 de Maio de 2003.»

2.º É republicado, em anexo, o Regulamento Interno do Julgado de Paz do Seixal, com as alterações agora introduzidas, que é parte integrante deste acto.

3.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pela Ministra da Justiça, *João Luís Mota de Campos*, Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça, em 30 de Julho de 2003.

ANEXO

REGULAMENTO INTERNO DO JULGADO DE PAZ DO SEIXAL

Artigo 1.º

Sede e funcionamento

1 — O Julgado de Paz do Seixal fica sediado no Beco dos Cordoeiros, 11-13, no Seixal.

2 — O período de funcionamento do Julgado de Paz é das 9 horas às 19 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

3 — O período de atendimento do Julgado de Paz é das 9 horas e 15 minutos às 18 horas e 30 minutos, de segunda-feira a sexta-feira.

Artigo 2.º

Coordenação do Julgado de Paz

1 — A coordenação, representação e gestão do Julgado de Paz compete ao juiz de paz que, de entre os